

Brasília



A casa de Aubel Pires fica a vários metros do local onde a cerca foi construída. Ele não quer a aproximação dos moradores dos barracos para evitar «poluição»

Terracap não autoriza cerca no "Park Way"

O superintendente da Terracap, Eni de Oliveira, afirmou não acreditar que o órgão tenha fornecido qualquer autorização para que o advogado Aubel da Rosa Pires construisse uma cerca além da área de sua propriedade (Casa 10, conjunto 532, quadra 5 no MSPW). A afirmação de Eni de Oliveira choca-se assim com a do advogado que garantiu ter autorização da Terracap para erguer a cerca.

O coronel Eni afirma ainda que "ele até pode ter alguma autorização, mas não da Terracap, porque este assunto é afeto à Secretaria de Viação e Obras. Segundo Aubel, ao lhe dar a autorização, a Terracap teria compreendido como justo seu desejo de manter o mais afastado possível dos limites de sua propriedade, os barracos de invasores que se instalaram no local.

"Eu não admito que nenhum deles derrube a cerca", diz Aubel, disposto a apelar para tudo para defendê-la, ao referir-se à tentativa de um deles, Antonio Guilherme da Silva, de pôr a cerca abaixo. "Tenho autorização da Terracap para construí-la e só desmancho se a Terracap mandar".

A cerca, segundo os invasores, abrange cinco alqueires de terra pertencente ao governo, considerada área verde, e vem impedindo que eles tenham acesso à água da cacimba que haviam construído no córrego existente alguns metros abaixo. Este córrego foi desviado por Aubel para fazer uma barragem em suas terras.

Mas, segundo Aubel, o objetivo é de impedir que os invasores se alojem no limite de suas terras, poluindo-as com o que ele diz serem "os chiqueiros" que acompanham os barracos.

Na documentação que enviou à Presidência da República e Ministério da Justiça, descrevendo seu problema e apelando para uma solução, o advogado Aubel da Rosa Pires queixa-se de perseguição policial e acusa de "autoridade corrupta e arbitrária, sempre alicerçada em alguns chefes da própria Secretaria de Segurança", a 4ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal, sediada no Guará.

Aubel comece a afirmar que ter certeza "que V. Exa não sabe nem imaginou que existisse em Brasília policiais nos moldes das SS Nazistas". Estes policiais, segundo Aubel, pertencem à delegacia do Guará. A

perseguição policial se caracteriza, de acordo com o advogado, pela cobertura que a polícia estaria dando ao que ele considera como perseguidores. Ou seja, os moradores da invasão situada próxima à sua mansão, embora não faça limite com suas terras.

Aubel se diz "condenado à morte pela 4ª Delegacia do Guará" e acusa o Secretário de Segurança por não ter feito nada até agora para "dar um basta nos abusos". Em 18 de novembro, quando enviou a documentação à Presidência da República, Aubel afirmava não ter tido nenhuma palavra de apoio da cúpula da Secretaria de Segurança, "que como das outras vezes sempre dava apoio aos perseguidores e corruptos".

BRIGA ANTIGA

Já bastante conhecido, tanto na delegacia de Polícia quanto na Terracap, Aubel vem se desentendendo com invasores há pelo menos seis anos. Mas a primeira fase da briga era com outros invasores — estes sim moravam no limite de sua propriedade — que foram desalojados em 1979. Depois disso, Aubel construiu a cerca e sua briga agora é com o morador mais novo da invasão, Antonio Guilherme da Silva, que mora ali há menos de seis meses.

Contra este, Aubel entrou com pedido de Representação Criminal e acusa a polícia de não ter sequer aberto o inquérito. Em 18 de outubro último, o advogado e o invasor se desentenderam, por conta da cerca, e os dois acabaram registrando ocorrência de agressão corporal na delegacia. Aubel diz que, dias depois, a polícia "invadiu" sua casa, em busca de armas, o que ele considera como mais uma prova de proteção policial aos invasores. Ele diz ainda que tentou registrar queixa no mesmo dia da agressão, mas foi impedido pelo delegado de plantão.

Disposto a defender sua propriedade e livrá-la do que chama de "chiqueiros às voltas da área", Aubel alerta para o fato de que se nenhuma providência for tomada, consequências graves poderão advir deste desentendimento. Para que isso não aconteça, ele espera agora uma resposta da Presidência da República, do Ministério da Justiça e do Palácio do Buriti, a quem pediu, inclusive, garantia de vida.